

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de abril de 2019 às 07h27
Seleção de Notícias

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Maior lobista do Facebook adverte sobre regulação fragmentada	3
<small>NATALIA DROZDIK</small>	

Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

Plenário pode votar projeto que facilita reconhecimento de marcas de renome	5
---	---

Maior lobista do Facebook adverte sobre regulação fragmentada

(Bloomberg) -- O Facebook fez um forte apelo no fim de semana para moldar a discussão mundial sobre a regulamentação da **internet**, embora, até agora, alguns políticos continuem céticos sobre seus esforços.

O principal lobista da empresa incitou os reguladores de todo o mundo a entrarem em acordo sobre os padrões que regem o conteúdo online e evitarem uma série de regulamentações que dificultam o cumprimento por parte das empresas internacionais.

Seria "muito melhor se essas regras fossem feitas em por várias partes no mundo todo, em vez de fragmentadas, o que pode contribuir para a balcanização da **internet**", disse Nick Clegg, diretor de assuntos globais do Facebook, em entrevista à Bloomberg.

Os comentários de Clegg vêm na esteira de um comunicado divulgado no sábado pelo CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, também publicado como editorial no Washington Post, pelo qual pediu novas regulamentações globais para empresas de **internet**. A ofensiva do gigante da mídia social segue o crescente escrutínio do governo pelo Facebook em todo o mundo e um esforço da empresa para sair à frente de possíveis ações regulatórias. Clegg disse que, dado o seu tamanho, o Facebook deve desempenhar um papel na criação de regras para a **internet**.

Em seu comunicado no sábado, Zuckerberg recomendou regras gerais sobre conteúdo odioso e violento, integridade em eleições, privacidade e portabilidade de dados. O Facebook está buscando padrões aceitos internacionalmente que estabeleçam linhas de base para conteúdo proibido e exijam que as

empresas criem sistemas para manter o conteúdo prejudicial ao mínimo, disse Zuckerberg.

O Facebook está sob escrutínio nos EUA nos últimos anos devido à sua imensa influência, práticas de dados e políticas de conteúdo. Legisladores pediram a seus executivos, incluindo Zuckerberg, que testemunhassem diante do Congresso para explicar a proliferação na plataforma de desinformação, discursos de ódio e manipulação de eleições.

Na Europa, o gigante das mídias sociais tem sido alvo de legisladores, particularmente em relação à privacidade, mas também está sujeito a regulamentações tecnológicas abrangentes, incluindo uma nova regra de **direitos autorais** que exigirá das plataformas uma contrapartida aos criadores pelo conteúdo compartilhado pelos usuários.

Autoridades na Europa também colocaram sobre as plataformas tecnológicas a responsabilidade de se autorregular em certas áreas, como desinformação e interferência eleitoral, e várias empresas de tecnologia, incluindo o Facebook e o Twitter, concordaram com um código de conduta.

Clegg disse que as eleições são um exemplo em que regras claras seriam bem-vindas. "Como elas não existem, precisamos preencher a lacuna e isso não é confortável para o Facebook", disse ele.

Em seu apelo pela governança global, Zuckerberg também disse que seria bom para a **internet** se mais países adotassem regras como o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia como uma estrutura comum.

Continuação: Maior lobista do Facebook adverte sobre regulação fragmentada

Na Europa, o RGPD ajudou a otimizar um mosaico de leis de privacidade nos 28 países do bloco, facilitando a adesão de grandes empresas como o Facebook a um conjunto de regras. Mas muitas empresas pequenas têm lutado para cumprir as normas, dada a falta de recursos para atender às

demandas adicionais.

--Com a colaboração de Ben Brody.

Plenário pode votar projeto que facilita reconhecimento de marcas de renome



Pode ser votado na próxima semana, em Plenário, o projeto que cria regras para proteção especial de marcas de renome. O PLC 86/2015 permite ao detentor de uma marca industrial pedir ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) o reconhecimento, a qualquer tempo, do "alto renome" de sua marca registrada - título que lhe garante proteção especial.

Ser uma marca de "alto renome" possibilita proteção em todos os mercados, não apenas naquele em que ela atua. Tramontina, por exemplo, é uma das 41 marcas reconhecidas pelo **Inpi** como de alto renome, o que garante que nenhuma empresa poderá pedir registro com esse nome ou marca, ainda que seja de outro ramo.

A lei atual (Lei 9.279/96) não é explícita quanto ao momento em que os direitos do detentor da marca de "alto renome" são garantidos. A norma define apenas, em seu artigo 125, que "à marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade".

Dessa maneira, o detentor de uma marca com reconhecimento e prestígio está impedido de reivindicar o registro de proteção especial, por falta de regulamentação, restando duas vias: requerer ao **Inpi** a proteção assegurada quando um terceiro pedir registro de marca em conflito com a sua ou entrar com

ação judicial.

O projeto faculta ao titular de marca registrada no Brasil requerer à autoridade competente o reconhecimento de marca de alto renome a qualquer momento. O texto determina, ainda, que, em caso de deferimento do pedido, será anotado no registro de marca o reconhecimento de seu alto renome. Assim, o titular da marca terá um documento que comprove o seu direito à proteção especial.

Urgência para os vistos

Outro projeto que pode ser votado é o que tem objetivo de reverter decreto presidencial de dispensa de visto para cidadãos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão. O texto ainda não está na pauta, mas o pedido de urgência com as assinaturas de líderes partidários foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) na última quarta-feira (27).

O decreto presidencial foi publicado há cerca de duas semanas, durante a visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. A dispensa do visto valerá a partir de 17 de junho. O principal argumento de Randolfe, autor do PDL 68/2019, é o princípio da reciprocidade. Para ele, o decreto resulta em um tratamento desigual, já que o Brasil não tem dispensa de visto para entrar nos quatro países.

Programação Monetária

Os senadores também podem votar dois projetos de decreto legislativo que aprovam as programações monetárias para o quarto trimestre de 2018 (PDL 82/2019) e para o primeiro semestre de 2019 (PDL 83/2019).

A aprovação desse tipo de programação é um atribuição do Congresso prevista na lei 9069, de 1995.

Continuação: Plenário pode votar projeto que facilita reconhecimento de marcas de renome

De acordo com a lei, o Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária com estimativas e uma análise da evolução da economia nacional. Após aprovação pelo conselho, a programação monetária é encaminhada ao Congresso.

(Agência Senado de Notícias)

O post Plenário pode votar projeto que facilita reconhecimento de marcas de renome apareceu primeiro em ABIPTI.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Marco regulatório | INPI

5